

## ***Pigeonhole*: ou das artes de se inventar e sentir “estrangeiro”**

*Lilia Moritz Schwarcz*

Já virou quase uma vulgata dizer que o primeiro ou a primeira, a gente nunca esquece. Primeiro amor, primeiro sutiã, primeiro dia na escola, primeira aula. O importante é que nos acostumamos a pensar que “primeiro” significa mais do que uma ordem numérica: ele carrega algo de especial, um segredo revelador e fica na memória tal qual pinta tardia ou tatuagem de adolescência.

O fato é que me preparei para meu primeiro curso no exterior, na qualidade de “professora brasileira”, como quem se apronta para uma incursão profunda em terreno desconhecido. A começar pela ementa: como nativa brasileira em território estrangeiro, por mais que propusesse cursos mais específicos, ou mesmo alguns que guardassem certa perspectiva comparativa, a demanda vinha mesmo na direção de um programa sobre “História do Brasil”. Trocando em miúdos, tratava-se de, em um semestre de três meses (pois a convenção pede para que nos habituemos a esquecer dessas contas precisas, que só dão certo na base da borracha e do lápis), iniciar com a história dos viajantes perdidos em meio ao século XVI e chegar até o tempo presente; de preferência, guardando uma perspectiva crítica.

Logo me dei conta de que o verdadeiro nome de guerra de meu curso deveria ser: *Everything you want to know about Brazil and have never asked, or talked with your father, mother, or friends*. Essa era, pois, minha nova missão; traduzir, em pouco tempo, mas com boas doses de impacto e requintes didáticos, o que fazia, como diz Roberto DaMatta, “do Brasil, Brasil”. Ou melhor, numa versão atualizada e *reloaded*, entender “o que é que a bahiana tem”. Mas o que mais importa salientar é como nessa operação de tradução, que certamente implica em traição, situações pautadas pela mais absoluta ambivalência vão se afirmando.

Em primeiro lugar, é fácil imaginar como nada ingênuos eram meus anfitriões ou as instituições interessadas em um país chamado Brasil. Todos sabemos como, num crescente, nesses últimos dez anos o país começou a ser reconhecido como “a bola da vez”, na mesma proporção e medida em que foi crescendo o número de alunos dentro da sala de aula. Assim, se nos primeiros anos em que lecionei fora do país nossa nação era sobretudo identificada por seus traços exóticos – reconhecidos em práticas e costumes como capoeira, candomblé, samba e futebol –, mais recentemente é a violência, devidamente glamurizada, que tem surtido maior efeito. Falar das favelas, do tráfico de drogas, ou dos números de raptos e assassinatos parece representar um cartão postal digno, ao menos na poderosa ideologia do senso comum, a competir com as antigas imagens fortes, que

sinonimizavam o país a partir de personagens como Zé Carioca, Carmen Miranda, ou mesmo da famosa expressão do *melting pot*. Mas se há uma competição entre visões ora mais positivas, ora sinceramente negativas, temos aí também dois lados da mesma moeda; uma dicotomia fácil, que pouco avança quando se trata de pensar num país multifacetado, e dado a ambiguidades. Aliás, como qualquer nação que se digne e passe por tal.

Não obstante, se a primeira recepção parece pedir, sempre, esse tipo de performance – e lembro bem como em meu primeiro curso vi logo estampada na expressão de meus alunos certa decepção, ao notarem minha cor, aparência e origem, que pouco combinava com o “tipo” em geral identificado como “brasileiro” –, mais paradoxal é a reação que esse tipo de demanda costuma provocar não apenas no “outro”, mas em “nós” mesmos.

É nesses momentos que somos acossados pelo desejo de cometer (e com a licença poética) vários “essencialismos”, que por aqui, dando aula no próprio país, pouco nos arriscamos a realizar. Afinal, é necessário resumir o período da cana-de-açúcar em apenas uma aula; definir as insurreições do final do período colonial em outra sessão; explicar o fenômeno chamado Getúlio Vargas em mais outro dia; enfrentar o contexto da ditadura em duas horas, ou caracterizar a “abertura” no horário de uma classe. Em meio a esse turbilhão, o que também parece relevante é como nós, professores e críticos das identidades – que nos acostumamos a denunciar modelos de facilitação e de “descoberta” de identidades a-históricas e assim anacrônicas – passamos, nós mesmos, a produzir agendas desse tipo.

O fato é que fora não raro me descubro “brasileira”; muito mais do que quando leciono em meu país. Em território estranho imediatamente somos convertidos e nos transformamos em “locais”. Não poucas vezes fui parabenizada pelo bom desempenho do meu time de futebol “brasileiro”, que jogara contra outro time “estrangeiro” (sendo que mal se conhece minha vocação corinthiana), assim como acabei (eu mesma) me descobrindo mais emotiva quando se tratava de assistir a qualquer manifestação “nossa”, no estrangeiro: da capoeira à música clássica, mas tocada por orquestra tropical; da feijoada feita com os ingredientes disponíveis à caipirinha para exportação.

Quem sabe é só no exterior que se entende o significado da palavra estrangeiro, além do suposto básico de que essa condição é sobretudo o resultado de uma seleção. Lembro do caso estudado por Manuela Carneiro da Cunha, em seu livro *Negros estrangeiros*, quando a antropóloga conta a sina de alguns libertos residentes na Bahia, que no Brasil eram considerados estrangeiros – “africanos” – e que quando foram para a África passaram a ser chamados de “brasileiros”. Exemplo radical dessa condição de estrangeiro, o evento nos mostra como o processo de construção de identidades é feito por meio da eleição de alguns traços (em detrimento de outros) e por contraste: sempre em contraposição a algo.

A formação de identidades é também uma resposta política a um contexto político, na medida em que se agenciam certos sinais e se fazem

deles, em determinadas situações, aspectos definidores da qualidade e da condição de ser, humano. No meu caso particular, não é difícil perceber como fora do Brasil me converto imediatamente em brasileira. Torço pelos times nacionais, canto e defendo a música da terra, frequento museus que tragam mostras de artistas nacionais e assim por diante. Mais ainda, assim como os “brasileiros da África”, passo a “criar” culturas. Em Lagos, os ex-escravizados viraram católicos e construíram igrejas “brasileiras”. Já na minha experiência, me vejo defendendo modelos nacionais e transformando-os em realidades duradouras; para além da história. Talvez seja por isso que F. Boas tenha definido a cultura como uma “segunda pele”. Afinal, temos uma tendência a naturalizar o que não passa de estratégia de inserção e de pertencimento; isso quando não “viramos nativos” e pronto. No Brasil, nos definimos como paulistas, mineiros, cariocas, mas também flamenguistas, do Grêmio, do PT, do PSDB, e assim vamos. Já no exterior é fácil carregar a mala toda e virar um “essencial”; um nativo essencial.

É Evans Pritchard que em *Os Nuers* mostra como esses povos nascem para serem inimigos dos Dinkas; essa é sua verdadeira identidade. Mas que, diante dos ingleses, todos eles são um só povo. É essa capacidade de ver o país como unidade, quando no exterior, que fez com que grandes pensadores nacionais escrevessem obras memoráveis, muitas vezes fora de seus países, experimentando a condição de estrangeiros. Joaquim Nabuco lembrou do engenho de sua infância, Massangana, quando longe dele, e talvez por isso mesmo tenha reconhecido ali uma semente da nacionalidade, com senhores severos mas justos, escravos submissos e de “coração aberto.” O grande abolicionista, quando no exterior, e em seu auto-exílio, se fazia nacionalista; passava a olhar o passado com nostalgia e o Brasil a partir de tintas róseas, destacadas por um modelo ímpar de mestiçagem. O mesmo se passa com Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*. “Somos uns desterrados em nossa própria terra” é a descoberta de quem anda distante da pátria mãe e vê nela certas singularidades. Se todo o livro de Holanda revela manejo exemplar da história de longo curso, ao construir pares opositivos que por sua vez mostram como uma nação é sempre um processo, não obstante, no mais famoso dos seus capítulos – sobre “o homem cordial” – salta aos olhos a tentativa de dar conta de um caráter nacional, oposto aos demais, resultado de um processo histórico singular, mas cuja realidade quase parece estrutural, na medida em que persiste à ação do tempo. Se há polêmica na interpretação desses clássicos do pensamento brasileiro, o que não se discute é o caráter reflexivo que a situação do estrangeiro propicia, ainda mais diante de uma plateia de alunos, muitas vezes carentes de receitas fáceis. Eles (alunos) e nós (professores estrangeiros, por vezes driblando as falácias de ministrar aulas em uma língua que parece artificial e desajustada) praticamos não poucas vezes esse jogo do “quase”: é quase isso, é quase dessa maneira.

Há nessa operação perdas e ganhos evidentes. Se as perdas são fáceis de enumerar (uma vez que se resumem ao panorama por vezes facilitado, porque mais breve, que facultamos nesses cursos), já a operação contrária – a somatória dos ganhos – merece mais cuidado. Há quem diga que contar simples e rápido é mais difícil do que alongar e deixar tudo mais

complexo. O fato é que, depois de algum tempo, nos acostumamos com esse exercício, nada evidente, de tentar resumir – no meu caso, a história do país – e dar-lhe um sentido, um argumento e uma vocação. Da minha parte, aprendi a reconhecer melhor processos de longa duração; adivinhar certas continuidades; ou mesmo admitir que nossa nação combina inclusão com exclusão social e que vai desenhando uma trajetória democrática bastante segura, combinada a um republicanismo falhado, “frouxo”, nos termos de Buarque de Holanda. Não sei se é preciso estar fora, e dar aula no estrangeiro, para poder vislumbrar processos persistentes, mas que ajuda, ah, isso ajuda!

No entanto, toda essa experiência, que tem muito de ritual de iniciação, é sempre experimentada com altas doses de confusão, desconforto, e não há quem “não pague um mico”, quando no exterior. Lembro bem de minha entrada – nada triunfal – em Oxford. Cheguei sozinha, como convém a todo aquele que quer se reconhecer independente; acompanhada apenas da minha mala. Fora informada de que deveria procurar a zeladoria, e que por lá receberia a chave do meu apartamento. Portanto: tudo fácil e quase auto-explicado. Reconheci logo o tal local, dentro do meu *College*, e, segura, fui logo me apresentando: nome, país, função. Todas marcas seguras de identidade, que logo vão “melt in the air”. Foi quando o funcionário, um pouco mal humorado, me perguntou algo, que nem com a maior das boas vontades eu teria condição de entender. Vexada, me saí com um sonoro: “What”? Ao que o senhor, já mostrando sinais de irritação, repetiu a mesma frase, a qual entendi (com esforço) pela metade: - “Where is your... hall?”. Mais uns minutos de tortura e consegui captar a frase toda: “Where is your pigeonhole?”, me perguntava o outrora pacato zelador, cada vez mais zangado. Entretanto, compreender a frase em nada me ajudou. E por isso continuei com aquele sofrível debate: “What is a pigeonhole?” perguntei eu, completamente sem jeito. Agora, nervoso pra valer, o até então enfadado senhor respondeu com voz ríspida e sonora: “You do not know where your pigeonhole is?” Ao que respondi, já meio cética e com um fio de voz: “How can I know if I have a pigeonhole, if I have no idea what a pigeonhole is”? Isso foi certamente demais e, bufando, o até então imóvel cidadão saiu finalmente de seu recinto seguro, me levou a meu escaninho, onde encontrei um pequeno cubículo com meu nome, alguns documentos e... minha chave!

Cheguei tão exausta a meu apartamento que tive a certeza de que “nada daria certo”. Até que deu, e repeti algumas vezes essa experiência de me construir como brasileira estrangeira. Parafraseando um dito de Alba Zaluar, que pensou na profissão do antropólogo, eu diria que “todo estrangeiro tem seu dia de otário”. Isso é tudo verdade, mas, mais do que isso, talvez valesse a pena escrever um opúsculo, que começaria mais ou menos assim: “das vantagens de ser otário”.